



**casa  
nobre**  
um património  
para o futuro

**ATAS**

**Arquivos e Documentação Familiar**  
**Memória Histórica: História da Família, Genealogia e Heráldica**  
**Turismo e Desenvolvimento Regional**  
**Património: Estudos, Defesa e Valorização**

10 a 12 de novembro de 2022

**casa das artes**

arcos de valdevez



## Ficha Técnica

Título:

**Atas do 6.º Congresso Internacional  
Casa Nobre – Um Património para o Futuro**

**Book of the 6th International Congress  
Noble House: A Heritage for the Future**

Coordenação:

**Joana Lencart**

**Nuno Soares**

**Armando Malheiro da Silva**

**Luís Damásio**

**João Carlos Gachineiro**

Edição:

**Município de Arcos de Valdevez**

Data:

**Outubro de 2024**

ISBN:

**978-972-9136-92-4**

Depósito Legal:

**531657/24**

As imagens reproduzidas são da exclusiva responsabilidade dos autores dos textos.

Parceria:



**CITCEM**  
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR  
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA



**U. PORTO**  
FACULDADE DE LETRAS  
UNIVERSIDADE DO PORTO



# Arquivos e Documentação Familiar





# O ARQUIVO DO 2º VISCONDE DE PINDELA: DA DOCUMENTAÇÃO PESSOAL E FAMILIAR À SALVAGUARDA DA MEMÓRIA NACIONAL

LUÍSA ALVIM

Município de V.N. Famalicão; CIDEHUS-Universidade de Évora  
E-mail: mluisa.alvim@gmail.com

## INTRODUÇÃO

Os arquivos, enquanto instituições de cultura e de informação, procuram divulgar o conhecimento sobre os espólios que possuem e permitir eficazes formas de acesso, melhorando a mediação entre o documento e o utilizador. O sistema de informação é cada vez mais cuidado, supera o reducionismo de conceitos como fundo e salientam-se os conceitos de informação, documento e comunicação (Silva, 2015). Os arquivos de família, que são depositados nas instituições públicas, estão atualmente abertos e em exposição, superando a fronteira da família proprietária, permitindo um olhar da sociedade e dos investigadores, transpondo a função custodial (M. L. (ed) Rosa, 2012). Assim, o Arquivo Casa de Pindela, um arquivo privado de uma família, que incluiu várias gerações, tendo sido depositado no arquivo municipal, abre-se à comunidade de investigadores e à sociedade em geral, ultrapassando os limites particulares de uma família.

Os arquivos de família, segundo Rosa & Nóvoa (2014) configuram-se como «testemunhos das vivências das famílias, dos contextos sociais nos quais se incluíram, dos episódios políticos aos quais assistiram, das terras onde viveram, das instituições com as quais comunicaram. E podemos dizer – agora olhando-os como investigadores históricos e curadores patrimoniais –, que “moram” também perspectivas muitas vezes ausentes dos arquivos produzidos e preservados pelas instituições estatais e públicas e que, como tal, são exclusivamente ou sobretudo recuperáveis através do estudo desta tipologia de arquivos.»

Apresenta-se, assim, resumidamente, na secção 2, o resultado do tratamento arquivístico do arquivo de família da Casa de Pindela, depositado no arquivo municipal de Vila Nova de Famalicão, segundo uma proposta teórica de Silva (2004), que utiliza um paradigma metodológico próprio para o estudar e disponibilizar ao público. Este arquivo de família configura-se em várias gerações e proporciona aos investigadores documentos muito variados, desde a instituição do morgadio de Pindela, que remonta a 1442, quando da aquisição da propriedade da Quinta de Pindela (Cruz, V.N. de Famalicão). Este evento está relatado no testamento de Luís de Carvalho (1ª Geração desta Casa), datado de 1526, sendo este o responsável pela instituição do morgadio de Pindela, juntamente com a sua mulher Beatriz de Almeida.

Na secção 3, dá-se a conhecer a figura de Vicente Pinheiro Lobo Machado de Melo e Almada, 2º Visconde de Pindela (1853-1922), a partir dos documentos do Arquivo Casa de Pindela. Apresenta-se a carreira política e diplomática desta personalidade, que integra a 14ª Geração desta Casa. Releva-se a pertinência do seu arquivo pessoal na edificação da história portuguesa, revisitando alguns dos documentos produzidos e recebidos enquanto governador da província de São Tomé e Príncipe (1880 -1881), como deputado do Partido Progressista (1884) e como ministro plenipotenciário de Portugal em Haia (1886-1893) e em Berlim (1894-1910).

Esta individualidade nasceu em Guimarães, filho de João Machado Pinheiro Correia de Melo (1824-1891), 1.º Visconde de Pindela, e de Eulália Estelita de Freitas Rangel de Quadros (1827-1920) (Machado, 1999).

## 1. METODOLOGIA

Neste trabalho fez-se uma abordagem qualitativa, apoiada pela revisão da literatura, desenvolvendo um estudo de caso sobre o Arquivo Casa de Pindela.

Para a revisão da literatura, recorreu-se a fontes impressas e digitais, consultando páginas *online* de vários arquivos nacionais, catálogos bibliográficos e repositórios digitais, sobre a vida e as atividades de Vicente Pinheiro Lobo Machado de Melo e Almada.

Realizou-se um estudo de caso sobre o arquivo de Vicente Pinheiro (VP), como ele se designava, integrado no Arquivo Casa de Pindela, operado através da técnica de recolha de dados, da análise documental e da observação participante. A análise documental utilizou a documentação do Arquivo Casa de Pindela.

## 2. O ARQUIVO CASA DE PINDELA

### 2.1. História custodial e arquivística

O Arquivo da Casa de Pindela (ACP) é um conjunto documental, com documentos desde o ano 1526 a 1938, que se encontra depositado no Arquivo Municipal de Vila Nova de Famalicão (AMAS). Este arquivo de família abrange quinze gerações e assume-se como referência de informação para a história local e nacional, na medida em que testemunha a vivência da família, as relações privadas e públicas que foram estabelecidas em diversos contextos geográficos e históricos. Foi incorporado no AMAS, após celebração do contrato de doação, que foi deliberado e aprovado na Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, em 2015. Os representantes da família foram os dois filhos de João Afonso Simão Pinheiro Lobo de Figueira Machado, 3º Visconde de Pindela, nomeadamente Maria Amália Helena da Assunção Pinheiro Lobo de Figueira Machado (1924- ) e Vicente Maria Miguel Bernardo Pinheiro Lobo de Figueira Machado (1925-2018), que seria, na linha dos títulos nobiliárquicos, o 4º Visconde de Pindela.

Este arquivo é constituído por cerca de 15000 documentos de natureza distinta – desde peças judiciais, testamentos, correspondência recebida e enviada, escrituras de natureza diversa, documentos pessoais, anotações, panfletos publicitários e outros. Uma parte da documentação foi organizada e arquivada em pastas pelo do Abade de Tagilde (João Gomes de Oliveira Guimarães 1853-1912), pioneiro em Portugal dos estudos de história local, tendo sido esta tarefa solicitada por VP. A documentação posterior a 1910 não possuía qualquer organização.

Estruturou-se o ACP em quinze gerações, como um sistema de organização incorporando todos os documentos doados, com datação do séc. XVI ao séc. XX. Fazem parte deste grande sistema de informação outros seis subsistemas de famílias: António Machado da Guerra e Ana Fagundes de Mendanha; Casa Refalcão; Condes de Arnoso; Casa de Vila Real; Braamcamp de Almeida Castelo-Branco e Rangel de Quadros. Todo o arquivo encontra-se em condições de ser consultado, no arquivo municipal, ou no catálogo online, a maioria dos documentos estão em regular estado de conservação e todos em condições de acesso público, sem restrições legais.

Relativamente à documentação da 14ª Geração, subsecção relativa ao 2º Visconde de Pindela, com datas extremas dos documentos desde 1839 a 1924, é composta por 3500 itens, por ele produzida e acumulada, em bom estado de conservação, representando 23% da documentação total deste arquivo de família.

## 2.2. O Sistema de Informação do Arquivo Casa de Pindela

Na abordagem ao processo adotado para organizar tecnicamente este arquivo, realça-se a proposta de Silva (2004), em que se aplica aos arquivos o paradigma de Sistema de Informação, no qual a classificação dos documentos de família é criada sobre uma base genealógica, composta por gerações ao longo dos séculos, estruturando a documentação segundo a pessoa que produziu, recebeu e acumulou a informação.

Neste sentido, a organização do Arquivo Casa de Pindela foi concebida como um sistema de informação, dividido em quinze gerações, sendo a 14ª Geração referente à secção de VP e de sua mulher Maria Amália de Sousa Botelho Mourão e Vasconcelos. Por sua vez, a estrutura do arquivo de VP transparece todas as funções que realizou ao longo da sua vida e as áreas de interesse desta distinta personalidade. A subsecção de VP foi estruturada em sete subsubsecções que dizem respeito às funções e fases da sua vida, como se pode visualizar na imagem do catálogo do AMAS, na plataforma *Archeevo*<sup>1</sup>.

A produção documental e a acumulada de VP, no desempenho dos cargos que exerceu ao longo da vida, encontra-se conservada no seu arquivo pessoal estando excluída do contexto original de produção. Esta situação é evidente sobretudo nos documentos produzidos no desempenho das funções enquanto ministro plenipotenciário de Portugal em Haia e em Berlim. Assim, esta documentação de natureza pública foi encaixada, em termos de organicidade, nas funções exercidas ao longo dos anos, separada da documentação de natureza privada e familiar. Daqui, nasceu uma complexa estrutura orgânica em que os documentos são posicionados e descritos nas subsubsecções do sistema de informação, no âmbito das funções em que foram produzidos ou recebidos. Não deixa de ser uma tarefa complexa, porque nem sempre, sobretudo na série correspondência, os documentos têm conteúdo linearmente privado e/ou público.

## 3. RESULTADOS/DISCUSSÃO

### 3.1. Governador da Província de São Tomé e Príncipe (1880-1881)

Vicente Pinheiro frequentou a Universidade de Coimbra, desde dois de outubro de 1874. Em 4 de junho 1877, finalizou o 4º ano e obteve o grau de bacharel e por fim, a 1 de julho de 1879, foi aprovado *Nemine Discrepante* no curso de Direito<sup>2</sup>. Desta época, no Arquivo Casa de Pindela, na subsubsecção *Estudante em Coimbra*<sup>3</sup> existem doze documentos, entre os quais, apontamentos de leitura<sup>4</sup>, cadernos de apontamentos<sup>5</sup>, uma petição de estudantes dirigida à Universidade de Coimbra<sup>6</sup>, cópia de poemas<sup>7</sup> e 3 cartas recebidas.

Após este período de vida universitária, iniciou em 1879 a sua vida profissional na administração colonial portuguesa, tendo sido governador de São Tomé e Príncipe, de 3 de janeiro de 1880, até se demitir do cargo a 30 de dezembro de 1881 (Machado, 1999).

<sup>1</sup> Disponível em: <https://www.arquivoalbertosampaio.org/>

<sup>2</sup> Fonte: Arquivo da Universidade de Coimbra. Disponível em: <https://pesquisa.auc.uc.pt/details?id=142506&ht=vicente|almada>

<sup>3</sup> Código de referência: PT/MVNF/ACP/14ª GERAÇÃO-1.1-1.1.1.

<sup>4</sup> Código de referência: PT/MVNF/ACP/14ª GERAÇÃO-1.1-1.1.1/002/000001; Cota CP 14258.

<sup>5</sup> Código de referência: PT/MVNF/ACP/14ª GERAÇÃO-1.1-1.1.1/002/000002; Cota CP 14253; etc.

<sup>6</sup> Código de referência: PT/MVNF/ACP/14ª GERAÇÃO-1.1-1.1.1/002/000010; Cota CP 88.

<sup>7</sup> Código de referência: PT/MVNF/ACP/14ª GERAÇÃO-1.1-1.1.1/002/000008; Cota CP 85; etc.

Durante a permanência nas ilhas, a 5 de agosto de 1880, foi agraciado com a Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, no grau de comendador<sup>8</sup>. Esta ordem foi instituída pelo rei D. João VI de Portugal, em 1818, para homenagear a padroeira do país, Nossa Senhora da Conceição, pela independência após as invasões francesas (Portugal - Dicionário Histórico, 1904-1915). VP foi informado desta distinção honorífica por carta, datada de 2 de dezembro de 1880 (Guimarães, 1946; Machado, 1999).

Durante os dois anos de governação das ilhas africanas, VP deparou-se com algumas transformações sociais e económicas. A província de São Tomé, a partir de 1880, viveu uma viragem na abordagem sobre a migração dos europeus, iniciou um novo ciclo na agricultura, com a plantação do cacau, tendo surgido grandes propriedades rurais. Até à década de 1880, a maioria da população europeia era composta por degredados, mas no início dessa década, compreendeu-se que era uma fonte de problemas que impedia a colonização europeia. Assim, facultou-se a vinda de europeus, que se estabeleciam como pequenos e médios proprietários, desenvolvendo a agricultura de exportação, trocando as plantações do café pelo cacau. Mas ainda durante esta década, o Estado apropriou-se das terras e reduziram-se as hipóteses de instalação de europeus como colonizadores. Do ponto de vista económico, o tecido comercial era muito reduzido limitando-se ao mercado interno entre ilhéus e roceiros (Nascimento, 2000). A imigração para as ilhas não cessou, apesar das dificuldades económicas, continuavam a chegar migrantes europeus. Na ilha de São Tomé, em 1875, existiam 741 europeus, parte substancial dos quais degredados, num total 29441 indivíduos. Em 1881, o número reduzia-se a 572 europeus, sendo um deles VP, dos quais 250 eram degredados (AAVV, 1929).

Na Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa, encontra-se o *Relatório do governador da província de S. Thomé e Príncipe: 1880*<sup>9</sup>, documento oficial entregue ao Ministro da Marinha e Ultramar, que VP, após o regresso ao continente, refundiu, aumentou, completou e finalmente publicou com o título *As Ilhas de S. Tomé e Príncipe* (1884).

Esta obra relata as atividades da sua administração no governo das ilhas. A dedicatória desta obra é feita ao 3º Marquês de Sabugosa, António Maria José de Melo Silva César e Menezes, então Ministro da Marinha e Ultramar, entre 1 de junho de 1879 e 17 junho de 1880, a quem consigna gratidão pela nomeação inédita de que foi alvo, pois não era habitual a nomeação para cargos governativos individualidades que não fossem da carreira militar. Este ministro desenvolveu uma ação reformista na estrutura e no funcionamento da administração colonial portuguesa. O relatório do governador Vicente Pinheiro, mais tarde publicado, relata pormenorizadamente, ao longo de mais de 500 páginas, os aspetos sociais e económicos das ilhas, nomeadamente a situação dos colonos, as fazendas, a instrução, as receitas, as obras públicas e, no sexto capítulo, as questões da administração política e judicial, dando recomendações e instruções para o reino. Sobre a edição desta obra, existe no ACP um ofício da Biblioteca da Academia de Ciência de Lisboa<sup>10</sup>, de 29 de maio de 1918, dirigido ao 2º Visconde de Pindela solicitando o levantamento de 330 exemplares do livro *As Ilhas de S. Tomé e Príncipe*, por falta de espaço no seu armazém. Esta obra foi editada pela Academia das Ciências e conforme minuta de resposta de VP, o levantamento das obras seria realizado pelo filho e depositadas em Lisboa, na casa do seu sobrinho, 3º Conde de Arnos, Vicente Miguel de Paula Pinheiro de Melo. Através do catálogo *Memórias de África e*

<sup>8</sup> Fonte: Geneall. Disponível em:  
<https://geneall.net/pt/titulo/25079/comendadores-da-ordem-de-nossa-senhora-da-conceicao-de-vila-vicosa/>

<sup>9</sup> Fonte: Sociedade de Geografia de Lisboa, cota 57-F-4.

<sup>10</sup> Código de referência: PT/MVNF/ACP/14ª GERAÇÃO-1.1-1.1.7/001/0006/000001; Cota CP 1972.

do Oriente, da Fundação Portugal-África da Universidade de Aveiro<sup>11</sup>, informa-se da existência de outros documentos relacionados com a estada de VP na colónia, nomeadamente *Lugares selectos da biblioteca colonial portuguesa : as ilhas de S. Tomé e Príncipe - 1884 (notas de uma administração colonial): os colonos* (Almada, 1928), *Os frutos da terra* (Almada, 1968a) e *S. Tomé na segunda metade do século XIX* (Almada, 1968b). Todas estas obras encontram-se disponíveis no Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe. São pequenos apontamentos e notas sobre a cultura e vida das ilhas.

Relativo aos anos de 1880 e 1881, não existe no ACP uma documentação significativa, sendo a correspondência de VP muito reduzida. A série *Correspondência recebida*<sup>12</sup> possui 16 remetentes e 37 cartas; a *Correspondência enviada*<sup>13</sup> é composta por três remetentes e três minutas de cartas. Esta situação demonstra que não era ainda pertinente arquivar a correspondência e outros documentos oficiais, agravados pelo facto da distância física, entre o continente e as ilhas africanas, ser enorme.

A correspondência, deste período, foi trocada com personalidades muito distintas, desde clérigos, políticos a investigadores. Por exemplo, a carta de D. José Maria S. Ferrão de Carvalho Martens, 34.º Bispo de Bragança-Miranda<sup>14</sup>, datada de 4 de abril 1880, dirigida ao Governador de São Tomé e Príncipe, expressa os agradecimentos pelo acolhimento aos missionários do Real Colégio das Missões Ultramarinas, reforçando que todos os missionários são «devedores de benevolência e considerações; e assim me cumpre por este meio a V. Excia. o mais grato protesto de reconhecimento: segue V. Ex. os precedentes de vossos antepassados; confirma na pratica o grande principio, q tornou famoso o nome portuguez, de que respeitar a religião, he servir bem a pátria»; o cartão de visita de Richard Greff<sup>15</sup>, professor, zoólogo e investigador na Universidade de Marburg (Alemanha), que conduziu investigações zoológicas nos trópicos africanos, nomeadamente em São Tomé; o cartão de visita de António de Castilho<sup>16</sup>, datado de 12 janeiro de 1882, que apresenta cumprimentos ao Governador e lamenta que o vapor *China* se encontre em quarentena e não permita que se encontrem presencialmente. As cartas de João Monteiro Pinto da Fonseca Vaz, adido naval na Legação Portuguesa de Londres, de 19 dezembro 1879<sup>17</sup>, que informam que o governador de São Tomé cessante, Francisco Joaquim Ferreira do Amaral tinha encomendado em Londres materiais de decoração para o Palácio do Governo em São Tomé e Príncipe, nomeadamente papel de parede e uma escada de ferro em espiral, questionando VP sobre se deseja continuar com a encomenda; mais tarde, a carta de 22 maio 1880<sup>18</sup>, informa que vai enviar os materiais por barco, via ilha da Madeira.

### 3.2. Deputado do Partido Progressista na Câmara dos deputados (1884/1885)

Em 1884, VP foi eleito deputado nas eleições gerais, pelo círculo eleitoral de Braga, pelo Partido Progressista, só assumindo funções a 1 de outubro quando reabriu a Câmara dos Deputados. Devido à sua

<sup>11</sup> Fonte: Universidade de Aveiro, Fundação Portugal-África. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Catalog.aspx?q=AU%20almada,%20vicente%20pinheiro%20lobo%20machado%20de%20melo%20e,%20ca%2018>

<sup>12</sup> Código de referência: PT/MVNF/ACP/14ª GERAÇÃO-1.1-1.1.2/001.

<sup>13</sup> Código de referência: PT/MVNF/ACP/14ª GERAÇÃO-1.1-1.1.2/002.

<sup>14</sup> Código de referência: PT/MVNF/ACP/14ª GERAÇÃO-1.1-1.1.2/001/0003/000001; Cota CP 1415.

<sup>15</sup> Código de referência: PT/MVNF/ACP/14ª GERAÇÃO-1.1-1.1.2/001/0005/000001; Cota CP 172.

<sup>16</sup> Código de referência: PT/MVNF/ACP/14ª GERAÇÃO-1.1-1.1.2/001/0001/000001; Cota CP 169.

<sup>17</sup> Código de referência: PT/MVNF/ACP/14ª GERAÇÃO-1.1-1.1.2/001/0006/000002; Cota CP 10289.

<sup>18</sup> Código de referência: PT/MVNF/ACP/14ª GERAÇÃO-1.1-1.1.2/001/0006/000001; Cota CP 10888.

experiência como governador, na administração colonial em África, centrou a sua intervenção na Câmara dos Deputados nas questões diplomáticas ligadas às colónias (Machado, 2016).

A *Ata Geral da Conferência de Berlim* (15 nov. 1884 a 26 fev. 1885), redigida em 26 de fevereiro de 1885, trouxe para o cenário da política portuguesa a questão da criação do Distrito do Congo. Esta conferência, organizada pelo Chanceler alemão Otto von Bismarck, com a colaboração de vários países europeus, visava discutir a repartição territorial da África e regulamentar o comércio nas bacias do Congo e do Níger, pelas potências europeias<sup>19</sup>. Portugal pretendia reivindicar a posse de Cabinda, que já tinha ocupado, e salvaguardar o máximo de áreas da margem esquerda do rio Congo, que lhe permitiria expandir-se para as regiões interiores. Nesta conferência decidiu-se que os territórios passavam a pertencer aos países com ocupação efetiva dos mesmos (Lucas, 1993).

Na Câmara dos Deputados, VP num discurso proferido em 10 e 11 de junho de 1885, intitulado *Política colonial: Discussão do acto geral da Conferência de Berlim* (Almada, 1885b), cuja publicação e edição foi oferecida por uma comissão de eleitores, opugnou o governo regenerador de Fontes Pereira de Melo, nas posições tomadas, decorrentes da *Conferência de Berlim*, sob os territórios colonizados, que negavam o princípio do direito histórico na posse dos territórios colonizados.

No mês seguinte, a 8 de julho, proferiu um discurso na Câmara sobre a *Administração colonial: Discussão da criação do districto do Congo* (Almada, 1885a), em que reafirmou a importância da incorporação do distrito do Congo na região de Angola, tal como o governo de Fontes defendeu, mas exigindo uma política colonial para a administração da região com regras diferentes das existentes. Sobre este assunto (Machado, 2016), recebeu uma carta de Alberto Sampaio (1841-1908), a 5 de novembro de 1885, concordando com a necessidade de refazer a administração colonial portuguesa<sup>20</sup>.

No *Registo Geral de Mercês*<sup>21</sup>, D. Pedro V, em 1854, atribuiu o título nobiliárquico de Visconde de Pindela a João Machado Pinheiro Correia de Melo, pai de VP. O rei D. Luís I de Portugal, em 8 de julho 1886, confirmou o mesmo título nobiliárquico<sup>22</sup>, a Vicente Pinheiro, reconhecendo-o como 2º Visconde de Pindela.

No arquivo ACP, os documentos referentes a esta fase da vida estão na subsubsecção *Deputado do Partido Progressista*<sup>23</sup>. Existem vinte e sete cartas recebidas e três documentos. Entre as cartas, a já referida de Alberto Sampaio, e de outras individualidades, como o político e deputado do Partido Republicano, José Joaquim Rodrigues de Freitas (1840-1896); o futuro Governador de São Tomé, Joaquim da Graça Correia e Lança (1856-1900); o médico psiquiatra, Júlio de Matos (1952-1922); o Governador Civil do distrito de Braga, Jerónimo Cunha Pimentel (1842-1898), o Ministro dos Negócios Estrangeiros, José Vicente Barbosa do Bocage (1823-1907); o líder do Partido Progressista, entre outros cargos, Anselmo José Braamcamp (1817-1885); o Arcebispo de Braga D. António José de Freitas Honorato (1820-1898) que congratula-se com o título nobiliárquico atribuído ao 2º Visconde de Pindela; o cartógrafo de São Tomé, Hugo de Lacerda; Como se referiu, todas estas personalidades têm documentação na série *Correspondência recebida*.

<sup>19</sup> Fonte: República Portuguesa. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Portal diplomático. Disponível em: <https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/relacoesbilaterais/paises-geral/conferencia-de-berlim>

<sup>20</sup> Código de referência: PT/MVNF/ACP/14ª GERAÇÃO-1.1-1.1.3/001/0005/000001; Cota CP 14000.

<sup>21</sup> Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo, PT/TT/RGM/II/0025/259012, Registo Geral de Mercês, D. Pedro V, no liv.1, fl.139, a 5 de abril de 1854. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2036850>.

<sup>22</sup> Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo, PT/TT/RGM/J/0040/194558, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Luís I, liv. 40, f. 228v. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=7395679>.

<sup>23</sup> Código de referência PT/MVNF/ACP/14ª GERAÇÃO-1.1-1.1.3.

Destaca-se a carta manuscrita<sup>24</sup> de Alberto Carlos d' Eça de Queirós (1851-1887), de 15 março 1884, de Luanda, em papel timbrado com a designação «Provincia de Angola», e nota no início da carta «absolutamente confidencial», cujo assunto é a intriga contra o Conselheiro Francisco Joaquim Ferreira do Amaral, Governador Geral de Angola. Nesta carta é solicitada cumplicidade nesta ação, a VP, que a negou, como se pode ler nas minutas de carta<sup>25</sup>.

Na série *Documentos*, menciona-se a ata do duelo<sup>26</sup>, datada de 15 de março de 1885, entre António Enes, do Partido Histórico e da Maçonaria e o deputado progressista Emídio Navarro (1844-1905), que seria, no ano seguinte, Ministro das Obras Públicas. Vicente Pinheiro foi representante de Emídio Navarro, tendo assinado e conservado no seu arquivo esta ata.

### 3.3. Ministro Plenipotenciário de Portugal em Haia (1886-1893)

Em 22 de dezembro de 1887, o Rei D. Luís I atribuiu a VP o lugar de ministro plenipotenciário na Corte de Haia<sup>27</sup>, onde exerceu funções diplomáticas até 1893. O *Portal Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros* refere outros limites para as datas, aludindo a posse em 1886-08-11 e o termo de funções em 1892-02-27<sup>28</sup>.

Vicente Pinheiro casou em Lisboa, a 23 de maio de 1889, com Maria Amália de Sousa Botelho Mourão de Vasconcelos (1858-1918), filha do 2.º conde de Vila Real e senhor do Morgado de Mateus, e de Júlia Braamcamp de Almeida Castelo-Branco. Em Haia, nasceu a primeira filha, Júlia Leonor Pinheiro Machado de Melo (1890-08-24), na Embaixada de Portugal.

Nesta altura, VP já não acompanhava as questões coloniais pelas quais se debateu enquanto deputado na Câmara de Deputados, nomeadamente a questão da ocupação efetiva dos territórios colonizados, a partir da resolução da *Conferência de Berlim*. O sonho português de ligar Angola a Moçambique, como defendido no *mapa cor-de-rosa*, terminou com o *Ultimato* britânico, em 1890, exigindo a saída das forças militares portuguesas dos territórios fora da soberania portuguesa em Moçambique (Lucas, 1993). O seu trabalho diplomático antecedeu, já nos finais do século XIX, o surgimento de certos problemas entre Portugal e a Holanda durante a *Guerra dos Boers* na África do Sul (1899-1902), e o movimento temporário de embaixadores de Holanda e Portugal (Castro, 1936).

Os documentos referentes a esta fase diplomática de VP, na subsubsecção *Ministro plenipotenciário de Portugal na Legação de Haia (Países Baixos)*<sup>29</sup>, no catálogo do AMAS, contém na série *Correspondência recebida 27* remetentes, cerca de 90 cartas e na série *Documentos* 33 itens.

Na série da *Correspondência recebida*, destacam-se os nomes de personalidades como Bernardino Machado (1851-1944), à época era Par do Reino (1890); Henrique de Macedo Pereira Coutinho (1843-1910), Ministro da Marinha e Ultramar, no governo presidido por José Luciano de Castro, em funções de 1886 a 1889; António Feijó (1859-1917), diplomata e poeta; Carlos Lobo de Ávila, à época deputado

<sup>24</sup> Código de referência: PT/MVNF/ACP/14ª GERAÇÃO-1.1-1.1.3/001/0016/000001; Cota CP 1934.

<sup>25</sup> Código de referência: PT/MVNF/ACP/14ª GERAÇÃO-1.1-1.1.3/001/0016/000002; Cota CP 1935.

<sup>26</sup> Código de referência: PT/MVNF/ACP/14ª GERAÇÃO-1.1-1.1.3/002/000002; Cota CP 13577.

<sup>27</sup> Fonte: Arquivo Torre do Tombo, PT/TT/RGM/J/0047/194559, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Luís I, liv. 47, f. 42. Disponível em: <https://digitalq.arquivos.pt/details?id=7401452>.

<sup>28</sup> Fonte: República Portuguesa. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Portal Diplomático. Disponível em: <https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/relacoesbilaterais/paises-geral/titulares/paises-baixos-titulares>.

<sup>29</sup> Código de referência: PT/MVNF/ACP/14ª Geração-1.1/1.1.4.

às Cortes, representando o Partido Progressista; Jaime Moniz (1837-1917), pedagogo e reformador do Ensino; Eduardo Burnay (1853-1924), político; Luís Maria Pinto de Soveral (1851-1922), diplomata. Nesta série existem muitas cartas de índole pessoal, ora felicitando, ora apresentando os pêsames por mortes de familiares de VP, como de António Vasco de Melo (1851-1923), 9.º Conde de Sabugosa; Caetano Segismundo de Bragança (1856-1927), 4.º duque de Lafões; Pedro Lobo de Sousa Machado Cardoso de Meneses (1869-1903), sobrinho; Gaspar Lobo de Sousa Machado (1842-1920), 1º Visconde do Paço de Nespereira, cunhado de VP.

Da série *Documentos*, ressaltam os temas políticos pelos quais se debateu e outros decorrentes do trabalho diplomático: *Missão na Haia. Questão do Congo. Questão da Luanda. Arbitragem de Berna*<sup>30</sup>; *Budget des affaires étrangères pour 1892*<sup>31</sup>; vários documentos compostos intitulados *Notas sobre atividade diplomática em Haia*<sup>32</sup>; *Notas sobre a Holanda e Portugal*, sobre a economia holandesa referente aos anos de 1883 a 1885<sup>33</sup>; *Notas sobre legislação holandesa*<sup>34</sup>; e documentos pessoais, como agendas, desenhos, recortes de jornais, ementas de jantares, uma rosa seca<sup>35</sup>, oferecida pelo Grão-Duque do Luxemburgo a Vicente Pinheiro, no jantar de 22 julho 1891, no Château de Walferlange, Luxemburgo.

### 3.4. Ministro Plenipotenciário de Portugal em Berlim (1894-1910)

VP foi nomeado ministro plenipotenciário de Portugal na Legação de Berlim, Dresden e Saxe Coburgo-Gotha, tomando posse a 12 de dezembro de 1893 e com termo de funções a 27 de outubro de 1910. Os antecessores no cargo, uns como ministros plenipotenciários e outros como encarregados de negócios, foram figuras distintas da sociedade portuguesa, Matias de Carvalho e Vasconcelos (1892-93), Ezequiel da Fonseca de Sousa Prego (1892), Visconde da Torre Bela (1891-92), Marquês de Penafiel (1881-91), entre outros<sup>36</sup>.

Durante os anos que viveu em Berlim, com a sua mulher Maria Amália, nasceram os filhos, João Afonso Simão Pinheiro Lobo Figueira Machado de Melo e Almada, a 24 de novembro de 1894, e Grácia Maria Eulália Pinheiro de Melo, a 15 de maio de 1900.

Desde 1888, a Alemanha era governada pelo kaiser Guilherme II, o último imperador alemão e Rei da Prússia. Este tinha pretensões de elevar o país a uma potência mundial, com forças navais de excelência, e orientando a política externa de forma pouco diplomática, apelidada de *Weltpolitik*. Foi uma época em que apareceram ruturas em alianças políticas, ameaçando outros países e causando insegurança na Europa, culminado, mais tarde, com na primeira Guerra Mundial, em 1914.

Em Portugal, durante o reinado do rei D. Carlos, enfrentou-se, por um lado, a força imperialista da Alemanha, com a questões da unificação territorial e pelo desejo de mais territórios coloniais, e por outro lado, o conflito eminente com a Inglaterra, relativamente à posse de territórios em África, culminando com o *Ultimato* (1890). Portugal tentou manter relações diplomáticas equilibradas tanto com Inglaterra como

<sup>30</sup> Código de referência: PT/MVNF/ACP/14ª GERAÇÃO-1.1-1.1.4/002/000004; Cota CP 12765.

<sup>31</sup> Código de referência: PT/MVNF/ACP/14ª GERAÇÃO-1.1-1.1.4/002/000020; Cota CP 2477.

<sup>32</sup> Código de referência: PT/MVNF/ACP/14ª GERAÇÃO-1.1-1.1.4/002/000022; Cota CP 12858; etc.

<sup>33</sup> Código de referência: PT/MVNF/ACP/14ª GERAÇÃO-1.1-1.1.4/002/000032; Cota CP 12843.

<sup>34</sup> Código de referência: PT/MVNF/ACP/14ª GERAÇÃO-1.1-1.1.4/002/000033; Cota CP 12844.

<sup>35</sup> Código de referência: PT/MVNF/ACP/14ª GERAÇÃO-1.1-1.1.4/002/000018, Cota CP 7367.

<sup>36</sup> Fonte: República Portuguesa. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Portal Diplomático. Disponível em: <https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/relacoesbilaterais/paises-geral/titulares/alemanha-titulares>

com a Alemanha, mas enfrentava, da parte do kaiser Guilherme II, situações políticas complexas, como a concessão de desembarque das suas tropas em Moçambique, que D. Carlos recusou, assim como o apoderamento dos territórios a sul do rio Rovuma, que levou Portugal a ter que assinar uma atualização da *Conferência de Berlim*, a 30 de agosto de 1894. Outras das situações problemáticas foi a questão da linha férrea de Lourenço Marques (Moçambique) que iria entroncar noutra linha a ser construída no Transval (nordeste de África do Sul) que os alemães desejavam dominar e envolver capitais financeiros. Por outro lado, existia a pressão de Inglaterra para que Portugal não alienasse a linha férrea (Faria, 2009).

Neste período, o ministro plenipotenciário na Alemanha era VP, que possuía instruções do governo português para uma firme defesa do interesse nacional e implementação de políticas diplomáticas idênticas para Inglaterra e Alemanha, nomeadamente, a cordialidade e a lealdade nas relações com todas as nações, como recomendado no Despacho nº1, de Lisboa, a 21 de Setembro de 1894: «Instruído como V. Ex<sup>a</sup> fica de que se passa em assunto a que esse governo parece ligar tanta importância, fica V. Ex<sup>a</sup> habilitado para quando a tal ponto se refiram aí em quaisquer conversas oficiais e oficiosas, se conformar inteiramente nas suas palavras com as declarações aqui feitas, procurando por todos os meios hábeis e decorosos desfazer desconfianças infundadas, e patentear o sincero desejo que nos anima de viver com o Governo Imperial as mais cordiais a amigáveis relações»<sup>37</sup>.

VP preparou a visita de estado do rei D. Carlos à Alemanha, à corte do kaiser Guilherme II, em Potsdam e Berlim, em novembro de 1895. A situação portuguesa atravessava uma crise financeira e sofria as consequências do *Ultimato* sobre o país. Assim, com esta viagem, o rei português pretendia estabelecer laços diplomáticos e amigáveis com os seus congéneres europeus (Faria, 2009), como se observa na leitura do ofício de 21 de fevereiro de 1895, dirigido ao governo português que VP escreveu: «Eu apenas posso dizer, pelo que observo, que as ligações que unem a Alemanha à Áustria são cada vez mais íntimas; que se deseja em Berlim, quanto se pode desejar, uma aproximação com a Rússia; que as relações da Alemanha com a Inglaterra serão cordiais enquanto Sua Majestade o Imperador dirigir livremente a política; e que são muito para notar as repetidas provas da cavalheirosa consideração que o Imperador, com propositada insistência, consagra à França»<sup>38</sup>.

A comitiva que acompanhou o rei D. Carlos foi constituída por um reduzido número de colaboradores, entre os quais o secretário pessoal, Bernardo Pinheiro Correia de Melo, primeiro conde de Arnoso, irmão de VP. Nesta visita à Alemanha, enquanto se encontrava em Berlim, D. Carlos aproveitou para conhecer as instalações da Legação e o Consulado de Portugal, tendo ficado definido uma visita do kaiser a Portugal para o ano seguinte, que será concretizada dez anos depois.

VP informou, exaustivamente, o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Luís Maria Pinto de Soveral, sobre o estado da viagem do rei à Alemanha, nomeadamente através de um telegrama<sup>39</sup>, de 5 de novembro de 1895, expedido às 10h15m, de Berlim para Lisboa:

«Ministre Affaires Etrangeres. El-Rei partiu hontem às nove e quarenta minutos da noite da estação de Wildpark imperador acompanhado de todos os príncipes residentes em Potsdam. Despediu-se de Sua Magestade Abraçando e beijando el-rei. Recepção de el-rei na Allemanha não podia ser mais cordeal nem mais imponente. Novamente felicito Vossa Excellencia. Pindella».

<sup>37</sup> Fonte: Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros, A.H.M.N.E, Legação de Portugal em Berlim, Despachos Nº1, Lisboa, 21 de setembro de 1894.

<sup>38</sup> Fonte: A.H.M.N.E, Legação de Portugal em Berlim, Nº 23, Ofício de 21 de fevereiro de 1895.

<sup>39</sup> Fonte: A.H.M.N.E., Legação de Portugal em Berlim, Cx. 11, Telegrama de recepção, nº 31.

Um ofício<sup>40</sup>, datado de 10 de novembro de 1895, VP informava «Sua Majestade El-Rei teve aqui nos dias de 1 a 4 do corrente o mais respeitoso acolhimento», as festas que tiveram lugar em sua honra e as altas distinções que lhe foram conferidas «mostram bem a simpatia com que o Imperador recebeu o seu augusto hóspede», e indicava que «será proveitosa para o país a visita d'El-Rei à Alemanha». Tendo, então, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Luís Maria Pinto e Soveral, no final desta visita, felicitado VP, pela forma como decorreu a visita do rei, num telegrama cifrado<sup>41</sup>.

Em 1898, VP foi nomeado Par do Reino (Machado, 1999), lugar que ocupou na Câmara dos Pares, que tinha sido alterada pelo *Acto Adicional de 1896*, pelos Regeneradores durante a dissolução das Cortes. Foram feitos aditamentos em que se aboliram os pares eletivos, passando a Câmara Alta a ser composta por 90 elementos vitalícios nomeados pelo rei, além dos pares por direito próprio e direito hereditário, entre outras alterações (Canotilho, 1993).

O rei D. Carlos demonstrou o agradecimento a VP pelos serviços prestados e pelo papel ativo na diplomacia, enquanto ministro plenipotenciário em Berlim, distinguindo-o com a Grã-Cruz Ordem de Cristo (Castro, 1936), informando-o através de carta datada de 12 maio de 1902 (Machado, 1999). Esta ordem honorífica portuguesa é concedida aos portugueses por destacados serviços prestados, no exercício das funções em cargos de soberania ou Administração Pública, e na magistratura e diplomacia, que mereçam ser especialmente distinguidos<sup>42</sup>.

Três anos depois, novamente VP recebeu uma condecoração, em 1905, quando Portugal recebeu o kaiser Guilherme II. A organização de todas as negociações, logística e protocolo foi realizada por VP (Machado, 2014), tendo recebido a Comenda da Águia Vermelha do Império Alemão (*Roter Adlerorden*), o que demonstrou o apreço alemão pelo trabalho diplomático português. Foi aliás, VP o primeiro a ser cumprimentado quando o kaiser desembarcou em Portugal.

Guilherme II visitou por uns dias Lisboa e Sintra, a caminho de Marrocos (Tânger), para tratar da sua situação política, em 27 de março de 1905. Este acontecimento foi muito relatado na imprensa portuguesa, no *Diário Ilustrado*, *Diário de Notícias*, na *Ilustração portuguesa*, no *O Jornal das Colonias*, etc. Uns dias antes da chegada do kaiser, num telegrama<sup>43</sup> enviado por VP à Casa Real, a 16 de março de 1905, este informa que «Remetto pelo correio lista comitiva e personagens que ficam a bordo. Desembarcarão além de Imperador 15 pessoas e 19 criados. Entre as 33 personagens que ficam a bordo há 3 que especialmente desejo obsequiar e que recomendo a V. Exa e à Casa Real ainda que para Theatro de S. Carlos entendo que devem ser todos convidados. Devo dizer que Wagner cantado em italiano não pode agradar. Pindella».

A *Ilustração Portuguesa*<sup>44</sup>, em abril de 1905, elegeu para capa da revista o diplomata VP (fig. 1), mencionando as condecorações recebidas, uma nota biográfica, destacando todos os cargos ocupados com distinção até à época e elogiando o seu trabalho diplomático. Este número foi dedicado exclusivamente a esta visita de Guilherme II a Portugal, em que VP teve um papel crucial, onde se podem observar inúmeras fotografias deste acontecimento, desde o desembarque no Terreiro do Paço, salões do Palácio das Necessidades, jantar na Sociedade de Geografia de Lisboa, às visitas a Sintra e ao Palácio e fotografias da população pelas ruas de Lisboa.

<sup>40</sup> Fonte: A.H.M.N.E., Legação de Portugal em Berlim, Cx. 11, Série A, nº 103.

<sup>41</sup> Código de referência: PT/MVNF/ACP/14ª GERAÇÃO-1.1-1.1.5/001/0025/000004, Cota CP 3754.

<sup>42</sup> Fonte: Grão-Mestre das Ordens Honoríficas Portuguesas. Disponível em: <http://www.ordens.presidencia.pt/?idc=182>

<sup>43</sup> Fonte: A.H.M.N.E., Legação de Portugal em Berlim, Cx.11, Maço Nº 410.

<sup>44</sup> Fonte: A *Ilustração Portuguesa*, Ano 2, nº 74 (3 abril 1905). Disponível em: [http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1905/N74/N74\\_master/N74.pdf](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1905/N74/N74_master/N74.pdf)

A nível mundial, a tensão política era grande, de 1905 a 1914 a iminente guerra esteve sempre patente nas relações diplomáticas. As relações entre Portugal e Alemanha eram sustentadas pela singular defensão entre o kaiser e o rei de Portugal. Nos discursos proferidos por Guilherme II, nas diferentes reuniões a que presidiu, demonstrou simpatia pela nação portuguesa, já patente na escolha de Portugal, como país para realizar a visita oficial<sup>45</sup>.

A população portuguesa interpretou a vinda do kaiser como uma forma de demonstrar apreço pela Alemanha, apesar da aliança com a Inglaterra. Esta visita para a Casa Real portuguesa reafirmou este sentimento de respeito e de simpatia pelo trabalho de Guilherme II. A imprensa portuguesa noticiou a visita, relatando que a figura física do kaiser quando chega a Portugal, não correspondeu à expectativa, mas todas as suas atividades intelectuais, artísticas, morais e políticas sobressaíam com admiração, como afirmou Rocha Martins (1905).

Após a visita em 1905, Luís Maria Pinto do Soveral, ministro em Londres, enviou dois telegramas<sup>46</sup> a VP congratulando-se com a visita do kaiser a Portugal, felicitando VP por mais um serviço ao rei D. Carlos.

Três anos após esta visita, na sequência do regicídio de D. Carlos em 1908, e da revolução de 5 de outubro de 1910, a República foi instaurada, D. Manuel II foi o último rei de Portugal e Teófilo Braga o primeiro chefe de Estado republicano, na qualidade de presidente do Governo provisório (1910-11). Manuel de Arriaga foi o primeiro presidente eleito da República Portuguesa (Ramos, 1994), tendo então VP anunciado a sua renúncia ao cargo que ocupava, apesar da insistência para se manter em funções, da parte do Ministro de Negócios Estrangeiros do Governo Provisório, da Primeira República, Bernardino Machado. A correspondência<sup>47</sup>, entre os dois, testemunha esta disposição.

Numa missiva<sup>48</sup> dirigida ao seu amigo diplomata em Estocolmo, António Feijó, datada de 17 fevereiro de 1910, após o regicídio, VP comentou que vivia amargurado, mas com esperança que Portugal saísse da desorientação instalada. Também se encontrava no mesmo estado de espírito, o seu sobrinho e afilhado, Vicente Miguel de Paula Pinheiro de Melo, 3º Conde de Arnoso, residente em Berlim (Machado, 2006). VP regressou de Berlim para a sua Casa de Pindela, em Santiago da Cruz, Vila Nova de Famalicão, onde residiu até à sua morte, a 14 de abril de 1922.

Os documentos desta fase da vida de VP, depositados no AMAS, encontram-se na subsubsecção *Ministro plenipotenciário de Portugal na Legação de Berlim, Dresden e Saxe Coburgo-Gotha (Alemanha)*<sup>49</sup> e dizem respeito à correspondência recebida e enviada, nas funções de ministro plenipotenciário em Berlim e documentos diversos, de âmbito político e pessoal. Na correspondência deste período, enquanto diplomata em Berlim, existem referenciados 38 remetentes, com cerca de 445 cartas, telegramas e postais. A correspondência familiar e com amigos, referente a este período, encontra-se na subsubsecção, intitulada *Vida social e familiar*<sup>50</sup>, assim como outros documentos de VP, relativos à *Administração da Casa de Pindela*, organizados na subsubsecção<sup>51</sup>, com o mesmo nome.

<sup>45</sup> Fonte: *Jornal das Colónias*, 1 de abril de 1905.

<sup>46</sup> Código de referência: PT/MVNF/ACP/14ª GERAÇÃO-1.1-1.1.5/001/0025/000001; Cota CP 45; etc.

<sup>47</sup> Código de referência: PT/MVNF/ACP/14ª GERAÇÃO-1.1-1.1.5/001/0023/ 000001; Cota CP 12799

<sup>48</sup> Código de referência: PT/MVNF/ACP/14ª GERAÇÃO-1.1-1.1.5/001/0014/000090; Cota CP 377.

<sup>49</sup> Código de referência: PT/MVNF/ACP/14ª Geração-1.1/1.1.5.

<sup>50</sup> Código de referência: PT/MVNF/ACP/14ª GERAÇÃO-1.1-1.1.7.

<sup>51</sup> Código de referência: PT/MVNF/ACP/14ª GERAÇÃO-1.1-1.1.6.



Fig. 1 – Capa da revista *Illustração Portuguesa*, com retrato do 2º Visconde de Pindela, 1905.

É importante referir que nos finais do séc. XIX, a administração pública ainda estava condicionada pela tradição dos detentores de cargos oficiais exercerem o expediente a partir de casa, resultando o arquivamento dos documentos públicos fora das secretarias dos ministérios (Silva, 1997). Esta situação está patente neste arquivo do VP, em que os documentos privados se misturam com os de origem pública. No caso da diplomacia, os ministros plenipotenciários, enquanto chefes da missão diplomática, eram responsáveis pelo arquivo da documentação, e por todos os outros bens da legação, tendo que os fazer chegar aos sucessores do cargo (Rodrigues, 2009). Como o VP foi o último ministro plenipotenciário em Berlim, até à implantação da República, fez com que neste período, conturbado da História de Portugal, conservasse na sua posse alguns dos documentos oficiais da legação.

A série da *Correspondência recebida*, que abrange os anos de 1886 a 1911, refere-se a uma fase conturbada da História de Portugal, tendo a queda da Monarquia marcado o fim das funções políticas e diplomáticas de VP. As personalidades com quem se correspondeu são nomes da política portuguesa marcantes deste período: António José Teixeira de Abreu (1865-1930), Ministro da Justiça, até à queda do ministério, em virtude do regicídio de 1908, Ministro dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, assumiu alguns dos atos mais repressivos da Monarquia de D. Carlos, sendo quem levou a Vila Viçosa, para assinatura de D. Carlos, o decreto que reprimia os crimes de sublevação; Frederico Arouca, Ministro de Estado e Ministro dos Negócios Estrangeiros, foi titular da pasta de 20 de dezembro de 1893 a 14 de março de 1894; Carlos Lobo de Ávila (1860 - 1895) que em 1893 era Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria e, em 1894, transitou para a pasta de Ministro dos Negócios Estrangeiros; Mouzinho de Albuquerque (1855-1902) que a partir de 1894 está com o exército em Moçambique e em 1896, foi nomeado Governador-geral de Moçambique e Comissário Régio; Francisco Veiga Beirão (1841-1916), Ministro dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça (1886-1890 e 1890-1900), autor do projeto que foi aprovado no Parlamento sobre o Código Comercial, em 1888, Ministro dos Negócios Estrangeiros (1898 a 1900) e presidente do Conselho de Ministros (1909-1910); António Maria Pereira Carrilho, Presidente da Companhia dos Caminhos de Ferros Portugueses, interveio na *Questão dos Credores Alemães*, que consistiu em não dar garantia, aos credores externos, os rendimentos das alfândegas coloniais, privilegiando as do continente e ilhas adjacentes; João Franco (1855-1929), Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, no gabinete regenerador *Hintze-Franco*; José de Azevedo Castelo Branco (1853-1923) nomeado, em 1903, Ministro Plenipotenciário na China, correspondeu-se com VP até 1916; António Feijó (1859-1917), com cargos diplomáticos no Brasil e, a partir de 1895, na Suécia, assim como na Noruega e na Dinamarca, existindo no arquivo 96 documentos relativos a correspondência enviada e 29 documentos de correspondência recebida; José Maria de Alpoim (1858-1916), exerceu vários cargos governamentais, tem uma extensa correspondência desde 1891 a 1916, com 61 documentos, entre cartas e minutas de cartas; Carlos Roma do Bocage (1850-1918), Ministro dos Negócios Estrangeiros, entre 14 de Maio e 22 de Dezembro de 1909, também com uma extensa correspondência de cerca de 34 documentos; Hintze Ribeiro (1849-1907), reputado monárquico e político, com 27 documentos datados de 1886 a 1907; João Arroio (1861-1930), político e músico, a sua correspondência possui 83 documentos, versando assuntos políticos e a questão do drama lírico *Amor de Perdição* que compôs inspirado no romance homónimo de Camilo Castelo Branco, que foi estreado em 1907 no Teatro de São Carlos, e depois na Alemanha, em Hamburgo (1910), tendo VP desenvolvido esforços locais para a sua concretização; Venceslau de Lima (1858-1919), político, com 40 documentos de correspondência enviada após o Regicídio, na época presidia ao governo, acumulando as funções de Ministro do Reino; António Eduardo Vilaça (1852-1914), Ministro dos Negócios Estrangeiros, no período de 20 de Outubro de 1904 a 19 de Março de 1906, 1909 a 26 de Junho de 1910, com 49 documentos datados de 1903 a 1911; Luciano Afonso da Silva Monteiro Aillaud (1849-1937), Ministro dos Negócios Estrangeiros de João Franco, de 2 de Maio de 1907 a 4 de Fevereiro de 1908; João de Alarcão (1854-1918), Ministro da Justiça (26 de Dezembro de 1908 a 11 de Abril de 1909), Ministro dos Negócios Estrangeiros (11 de Abril a 14 de Maio de 1909) com correspondência confidencial; António Teles Pereira de Vasconcelos Pimentel (1832-1907), Ministro dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, exercendo o cargo entre 27 de maio de 1892 e 22 de fevereiro de 1893, sendo a correspondência deste período. Nesta série, destaca-se a correspondência do rei Carlos I de Portugal (1863-1908)<sup>52</sup>, entre 1894 e fevereiro de 1908, com doze telegramas e uma minuta de carta de VP, sobretudo pela relação pessoal que teve com VP e os conteúdos destes documentos são fundamental-

<sup>52</sup> Código de referência: PT/MVNF/ACP/14ª GERAÇÃO-1.1-1.1.5/001/0010.

mente sociais. Quanto a outros itens relativos à função de ministro plenipotenciário na Legação de Berlim, existem cerca de 136 documentos simples e compostos, organizados na série *Documentos*<sup>53</sup>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda a documentação referente à 14ª Geração do ACP pode ser consultada *online*, na plataforma Archeevo do AMAS<sup>54</sup>, e diz respeito a Vicente Machado e sua esposa Maria Amália de Sousa Botelho Mourão e Vasconcelos. A classificação dos documentos de VP, criados e recebidos na sua vida pessoal e profissional, referem-se exclusivamente à documentação conservada pelo próprio e pelas gerações seguintes da família, neste sistema de informação.

Ficou explícito, no presente trabalho, que a inteligibilidade sobre o subsistema de informação da 14ª Geração do Arquivo Casa de Pindela, proporcionada pela identificação dos documentos no contexto em que foram criados, esboça um contributo sobre o conhecimento das atividades profissionais de VP, como governador na colónia de São Tomé e Príncipe e enquanto ministro plenipotenciário em Haia e Berlim, permitindo a todos os interessados e investigadores aceder aos documentos digitalizados e disponibilizados no catálogo do AMAS, assim como consultar presencialmente estes documentos.

Propôs-se igualmente, para além da possibilidade de menção aos documentos físicos e digitais do Arquivo da Casa de Pindela, o aprofundamento e cruzamento com outras fontes da História de Portugal, do período de finais século XIX e início do século XX, como as questões políticas e diplomáticas da monarquia constitucional, a queda da monarquia até à implantação da República, construindo pontes entre a documentação pessoal e familiar deste arquivo e a memória nacional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AAVV. (1929) – S. Tomé e Príncipe. *Boletim da Agência Geral das Colónias*, (43).
- ALMADA, V. (1884) – *As Ilhas de São Tomé e Príncipe: notas de uma administração colonial*. Lisboa: Typ. da Academia Real das Sciencias.
- ALMADA, V. (1885a) – *Administração colonial: Discussão da criação do districto do Congo: discurso proferido na sessão do dia 8 de Julho de 1885*. Lisboa: Typ. das Novidades.
- ALMADA, V. (1885b) – *Política colonial: Discussão do Acto Geral da Conferência de Berlim: discurso proferido nas sessões de 10 e 11 de Junho de 1885* (Lisboa). Imprensa Nacional.
- ALMADA, V. (1928) – Lugares selectos da biblioteca colonial portuguesa: as ilhas de S. Tomé e Príncipe – 1884 (notas de uma administração colonial): os colonos. *S. Tomé e Príncipe*, pp.179-187.
- ALMADA, V. (1968a) – Os frutos da terra. Em *Presença do arquipélago de S. Tomé e Príncipe na moderna cultura portuguesa / Amândio César* (pp. 73-76). S. Tomé: Câmara Municipal.
- ALMADA, V. (1968b) – S. Tomé na segunda metade do século XIX. *Presença do arquipélago de S. Tomé e Príncipe na moderna cultura portuguesa / Amândio César*, pp. 72–73. S. Tomé: Câmara Municipal.
- CANOTILHO, J. (1993) – As Constituições. *História de Portugal (dir. José Matoso)*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- CASTRO, L. V. de. (1936) – *D. Carlos I*. Lisboa: Império.

<sup>53</sup> Código de referência: PT/MVNF/ACP/14ª GERAÇÃO-1.1-1.1.5/002.

<sup>54</sup> Disponível em: <https://www.arquivoalbertosampaio.org/>.

- FARIA, A. (2009) – A Imagem do país na diplomacia de D. Carlos Política externa e protocolo na troca de visitas de Estado entre o rei de Portugal e o kaiser da Alemanha (1895-1905). *Política Diplomática, Militar e Social do Reinado de D. Carlos no Centenário da sua Morte*, pp. 87–127. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar.
- GUIMARÃES, A. (1946) – *As Armas brancas do Solar de Pindela*. Instituto para a Alta Cultura.
- LUCAS, M. M. (1993) – Organização do Império. *História de Portugal (dir. José Matoso)*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- MACHADO, J. A. (1999) – *O Morgadio de Pindela*. Ed. autor.
- MACHADO, J. A. (2006) – Os Filhos do 1º Visconde de Pindela. *Gentes da Terra* (pp. 189–198). V.N. Famalicão: Quasi Edições.
- MACHADO, J. A. (2016) – Uma Carta inédita de Alberto Sampaio ao Visconde de Pindela. *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, IV Série(8/9)*, pp. 445-448.
- MARTINS, R. (1905) – O Kaiser. *A Ilustração Portuguesa*, 2(74). <[http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1905/N74/N74\\_master/N74.pdf](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1905/N74/N74_master/N74.pdf)>
- NASCIMENTO, A. (2000) – O Quotidiano dos europeus nas roças de S. Tomé. *Arquipélago. História*, IV(2), pp. 377-408.
- Ordem militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa. (sem data) – Em *Portugal – Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico*, pp. 122-124. Romano Torres. <<http://www.arqnet.pt/dicionario/nsconcvv.html>>.
- RAMOS, R. (1994) – A Vida nova. J. Matoso (Ed.), *História de Portugal : sexto volume: A Segunda Fundação (1890-1926)*, pp. 125-299. Lisboa: Círculo de Leitores.
- RODRIGUES, A. (2009) – O Gabinete do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (1804-1808): Análise da produção informacional. *Revista da Faculdade de Letras. História*, 10(III Série), pp. 71-90.
- ROSA, M. L. (ed). (2012) – *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?* Lisboa: IEM – Instituto de Estudos Medievais, CHAM – Centro de História de Além-Mar e Editora Caminhos Romanos. <<https://arqfam.fcsh.unl.pt/?portfolio=arquivos-de-familia-seculos-xiii-xx>>
- ROSA, M. L., & NÓVOA, R. S. (coord). (2014) – *Arquivos de família: memórias habitadas: Guia para salvaguarda e estudo de um património em risco*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais.
- SILVA, A. M. (1997) – Arquivos de Família e Pessoais. Bases teórico metodológicas para uma abordagem científica. Em *Seminário Arquivos de Família e Pessoais*, pp. 51-106. Vila Real: Associação Portuguesa Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas.
- SILVA, A. M. (2004) – Arquivos familiares e pessoais: Bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interactivo. *Revista da Faculdade de Letras, III*, pp. 55-84.
- SILVA, A. M. (2015) – Arquivo, biblioteca, museu, sistema de informação: em busca da clarificação possível... *Cadernos BAD*, (1), pp. 103-124.